

## **SOBRE O PARADOXO DO CÉTICO DE WITTGENSTEIN ENUNCIADO POR SAUL KRIPKE**

**Maysa Massimo**

*Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ*

### **RESUMO**

No presente trabalho, apresenta-se o paradoxo do cético de Wittgenstein que, segundo Kripke, estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, pois não há como garantir que o aprendizado passado de uma regra determine qualquer comportamento consoante tal regra no futuro. Posteriormente, apresenta-se a solução ao paradoxo, que, para Kripke, residiria no argumento contrário à linguagem privada, passando pela mudança no pensamento de Wittgenstein, do *Tractatus* às *Investigações Filosóficas*, caracterizada por Kripke como uma mudança de uma teoria de condições de verdade para uma teoria de condições de justificação.

**Palavras-chave:** Paradoxo do cético; Regra; Argumento da Linguagem Privada; Condições de Verdade; Condições de Justificação.

### **ABSTRACT**

The present work introduces Wittgenstein's skeptical paradox, which, according to Kripke, establishes that no course of action could be determined by a rule, because we cannot assure that the past learning of a rule can determine any behavior according to the same rule in the future. Later, this work presents what Kripke believes is the solution to the paradox, which lies in the argument opposite to the private language argument, according to the change in Wittgenstein's philosophy, from *Tractatus* to *Philosophical Investigations*, which Kripke characterized as a change from a truth conditions theory to a justification conditions theory.

**Keywords:** Skeptical paradox; Rule; Private Language Argument; Truth Conditions; Justification Conditions.

### *Introdução*

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise da mudança do pensamento de Wittgenstein, do *Tractatus* às *Investigações Filosóficas*, a partir do estudo do paradoxo do cético e de sua conseqüente solução por meio do argumento da linguagem privada, enunciados por Saul Kripke em seu livro *Wittgenstein on Rules and Private Language*<sup>1</sup>.

Consoante apresenta Kripke, o paradoxo cético de Wittgenstein estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, uma vez que não há nada no

---

<sup>1</sup>Impende ressaltar que as traduções dos trechos citados do livro de Kripke “Wittgenstein on Rules and Private Language” são próprias à autora do trabalho, de vez que não há no mercado editorial ou acadêmico tradução para o português desta obra, que foi de suma importância à confecção do trabalho. Nesse sentido, as traduções da autora constam do corpo do trabalho, em respeito ao idioma pátrio, obrigatório na confecção de textos acadêmicos, com seus originais presentes nas notas de rodapé, com a devida referência.

comportamento externo de uma pessoa que apresente qualquer evidência que uma regra aprendida no passado determine seu comportamento segundo a mesma regra no futuro.

A partir disso, explicita-se a relevância do tema tratado, levando-se em consideração que a eventual não resolução do paradoxo cético, isto é, a não possibilidade de condicionamento temporal de comportamentos por meio de regras, levaria, em um primeiro momento ao fracasso inevitável das interações sociais, que dependem de um pano de fundo padrão de acordo normativo, e, em um segundo momento, ao fracasso da própria comunicação, dado que a linguagem é esse fundo padrão por excelência.

### *O Paradoxo do Cético de Wittgenstein*

Saul Kripke inicia seu texto *Wittgenstein on Rules and Private Language* apresentando o que seria o paradoxo de Wittgenstein, descrito nas “Investigações Filosóficas” no parágrafo 201, conforme enunciado a seguir: “No §201 Wittgenstein afirma, ‘nisto consistia o nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque todo curso de ação pode ser conformado para ficar de acordo com a regra<sup>2</sup>’”. (Kripke, 1982, p. 7)

A partir da apresentação do paradoxo nas palavras do próprio Wittgenstein, Kripke passa a desenvolvê-lo segundo seu entendimento, apresentando suas objeções e pontos concordantes, de forma diferente das formulações originais de Wittgenstein, dispensando atenção especial aos usos de uma regra no passado e no presente, culminando na solução do paradoxo, que é o argumento da linguagem privada.

Segundo a perspectiva de Kripke, entende-se que o paradoxo de Wittgenstein estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, uma vez que não se pode garantir que o aprendizado de uma regra no passado pode determinar o comportamento consoante a mesma regra no futuro. Diante disso, Kripke inicia a sua explanação utilizando como exemplo a regra matemática da soma.

Com o questionamento “Como eu sei que devo responder ‘125’ à pergunta ‘68+57?’<sup>3</sup>” (Kripke, 1982, p. 12), Kripke apresenta o paradoxo de Wittgenstein dialogando com um interlocutor cético<sup>4</sup>, que duvida da possibilidade de que uma regra aprendida no passado,

<sup>2</sup>“In §201, Wittgenstein says, ‘this was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule’”.

<sup>3</sup>“How do I know that I should respond ‘125’ to the query ‘68 + 57?’”.

<sup>4</sup> Kripke expõe o modo de escrita de Wittgenstein, que o tempo todo parece estar em diálogo com um interlocutor, de sorte a que suas conclusões são alcançadas como forma de resposta às indagações desse interlocutor. Sabe-se, na verdade, que tal interlocutor era o próprio Wittgenstein, que, não satisfeito com suas conclusões enunciadas no *Tractatus*, escreveu as “Investigações Filosóficas”, chegando a conclusões

como a da adição, motive ou justifique a resposta ‘125’ dada no presente. Sob a perspectiva do cético, seria plenamente possível dar-se qualquer valor como resposta à pergunta “Quanto é  $68 + 57$ ?”, já que o comportamento externo de uma pessoa não apresenta qualquer evidência de que o aprendizado correto de uma regra no passado vincule eventual resposta correta no presente: “Porque o cético sustenta que nenhum fato sobre a minha história passada – nada que estava em minha mente, ou em meu comportamento externo – estabelece que eu afirmei plus ao invés de quus<sup>5</sup>”<sup>6</sup>. (Kripke, 1982, p. 7)

O que o interlocutor cético quer dizer, em verdade, é que o fato de eu aprender uma regra no passado, como a da adição, e utilizá-la em diversos casos ao longo da minha vida, não pode ser dado como garantia de que tal regra será utilizada do mesmo modo no futuro. Em outras palavras, o aprendizado e utilização passados de uma regra não constituem instruções para meu comportamento futuro, de modo que o desafio de Wittgenstein pode ser apresentado como uma pergunta sobre mim mesmo, a saber: existe algum fato passado a meu respeito, no qual associei a regra de adição a ‘plus’, que determine que eu deva fazer o mesmo agora no presente?

O entendimento do interlocutor cético admite, igualmente, a possibilidade de entendimento errôneo de uma regra no passado, como, por exemplo, no caso de uma pessoa aprender como regra da adição a regra da subtração. Nesse caso, diante da pergunta “Quanto é  $68 + 57$ ?”, a resposta ‘5’ seria plenamente correta para tal pessoa. No entanto, não se poderia garantir, do mesmo modo, que o aprendiz tenha dado a resposta ‘5’ no presente exclusivamente por causa de seu entendimento errôneo no passado.

Em outras palavras, não há nada no comportamento externo de alguém que responde a uma pergunta relativa a uma operação de adição que garanta que sua resposta advenha de um padrão normativo aprendido no passado. A dúvida cética, consubstanciada no paradoxo de Wittgenstein, trata-se, assim, de uma perspectiva normativa sobre a relação entre significação e intenção em ações futuras, conforme obtempera Kripke:

A questão não é que, se eu associei adição a ‘+’, eu vou responder ‘125’, e sim que, se eu pretendo concordar com meu uso passado de ‘+’, eu devo responder

---

relativamente opostas às enunciadas em seu primeiro livro. Daí falar-se em Wittgenstein 1, relativo ao *Tractatus*, e Wittgenstein 2, relativo às “Investigações”. As diferenças existentes entre o pensamento do mesmo autor serão discutidas de forma mais profunda posteriormente neste trabalho.

<sup>5</sup> Kripke utiliza o termo “quus” para designar eventual entendimento e aplicação errôneos da função “plus”. Optou-se por manter a versão original de Kripke, uma vez que “plus” é uma palavra constante do latim.

<sup>6</sup> “For the sceptic holds that no fact about my past history – nothing that was ever in my mind, or in my external behavior – establishes that I meant plus rather than quus”.

‘125’. (...) A relação de significação e intenção em relação a ações futuras é *normativa...*<sup>7</sup>. (Kripke, 1982, p. 37).

Uma tentativa de solução ao paradoxo do cético exposta por Kripke estaria na atribuição de uma ‘qualidade interna especial’ ao ato particular de entendimento de uma regra, que, no caso do exemplo dado, residiria no ato de entender adição como significando ‘soma’, isto é, na alegação que associar adição a ‘plus’ denota uma experiência irreduzível, com uma qualidade especial, sabida diretamente por cada um de nós por meio de introspecção.

A atribuição de eventual ‘qualidade interna especial’ ao ato de entendimento da regra de adição proveria a própria experiência de formação de tal significado com uma *qualidade introspectiva irreduzível*, tal como ocorre em relação à sensação de estar com dor de cabeça. Destarte, a utilização correta de uma regra, como a de adição, no caso, configurada pela associação da função de adição à soma, poderia ser de imediato identificada pelo aplicador da regra, assim que constatasse introspectivamente a presença da ‘qualidade interna especial’ relativa ao ato em particular. Consoante Kripke:

(...) Presumivelmente, a experiência de significação de adição tem sua própria qualidade irreduzível, tal como ocorre com sentir uma dor de cabeça. O fato que eu associe adição a ‘plus’ é para ser identificado com a minha posse de uma experiência dessa qualidade<sup>8</sup>. (Kripke, 1982, p. 41).

Em assim sendo, estaria solvido o problema da possibilidade de justificação da utilização correta de regras, mesmo sob uma perspectiva temporal, na medida em que correta estaria a aplicação de uma regra se, e somente se, viesse com ela sua respectiva ‘qualidade interna especial’.

No entanto, a teoria acima descrita não dá conta de responder adequadamente à dúvida cética acima enunciada. O interlocutor cético indaga por que alguém apresenta com certeza a resposta ‘125’ à pergunta ‘quanto é  $68 + 57$ ?’ , ainda que nunca tenha pensado em tal adição em particular. No caso de estar uma regra associada a um estado introspectivo específico, como no caso da atribuição a ela de uma ‘qualidade interna especial’, transferem-se as

<sup>7</sup> “The point is not that, If I meant addition by ‘+’, I will answer ‘125’, but that, if intend to accord with my past meaning of ‘+’, I should answer ‘125’. (...) The relation of meaning and intention to future action is *normative...*”.

<sup>8</sup> “Presumably the experience of meaning addition has its own irreducible quality, as does that of feeling a headache. The fact that I mean addition by ‘plus’ is to be identified with my possession of an experience of this quality”.

indagações para a o que seria especificamente esse estado introspectivo, e como estaria relacionado à aplicação de regras.

Em outras palavras, ao invés de indagar como posso garantir que a utilização reiterada de uma regra de um modo no passado determine e justifique as minhas ações no futuro, passe-se a indagar se a aplicação da regra ocorre concomitantemente à presença do estado introspectivo respectivo em todas as circunstâncias, ou se uma pode ocorrer sem a outra.

Ainda, caberia indagar sobre a qualidade interna específica em si. Utilizando-se o exemplo de uma dor de cabeça que aparece constantemente em uma pessoa toda vez que ela toma chuva. No caso, poder-se-ia estabelecer, para essa pessoa, uma relação entre tomar chuva e ter dor de cabeça, diante da constância da associação. No entanto, tal relação seria suficiente para afirmar que toda vez que essa pessoa tomar chuva no futuro terá necessariamente dor de cabeça? Ou ainda, seria plausível a indagação de que se tal pessoa tomar chuva, mas não tiver a dor de cabeça associada subseqüentemente, significa que ela não tomou chuva, já que não ocorrido o estado introspectivo estabelecido como qualidade interna específica?

Tal possibilidade parece absurda, ou mesmo risível, diante do exemplo concreto. Com esse exemplo, demonstra-se que, não somente a teoria da ‘qualidade interna específica’ é totalmente falha como forma de resposta à dúvida cética sobre a garantia de aplicabilidade de regras no futuro a partir de aplicações passadas, como acaba por trazer outros complicados questionamentos, sobretudo no que tange à existência ou não de uma experiência especial, em sentido introspectivo, de construção de significados, a qual Wittgenstein nega.

Assim conclui Kripke:

Então: se existisse uma experiência especial de ‘significação’, na qual associe adição a ‘plus’, análoga a uma dor de cabeça, ela não teria as propriedades que um estado de associação de adição a ‘plus’ deveria ter – ela não me diria o que fazer em novos casos. Wittgenstein argumenta extensivamente que a suposta experiência única especial de significação (adição associada a ‘plus’, etc) não existe<sup>9</sup>. (Kripke, 1982, p. 43).

Por meio de exemplos, Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* descaracteriza a existência de supostas experiências especiais associadas à aplicação de regras. Após uma consideração geral sobre o suposto processo introspectivo de formação do entendimento,

---

<sup>9</sup> “So: If there were a special experience of ‘meaning’ addition by ‘plus’, analogous to a headache, it would not have the properties that a state of meaning addition by ‘plus’ ought to have – it would not tell me what to do in new cases. Wittgenstein extensively argues in addition that the supposed unique special experience of meaning (addition by ‘plus’, etc) does not exist”.

Wittgenstein entra fundo no problema mediante o exemplo do aprendizado de leitura. Aqui, cabe ressaltar que, para Wittgenstein, ler significa simplesmente repetir em voz alta o que está escrito ou impresso, sem preocupação com eventual entendimento do conteúdo. Ler, nesse sentido, é um simples caso de ‘seguir uma regra’<sup>10</sup>.

Wittgenstein descreve um analfabeto que está iniciando suas experiências com o processo de leitura, e, por isso, lê com dificuldades, subdividindo as palavras nas letras e sílabas que a compõem. Tal pessoa, diante dessas circunstâncias, pode vir a ter uma experiência introspectiva quando efetivamente começar a ler com fluidez, em detrimento de apenas repetir letras e sílabas.

Entretanto, no caso de um leitor avançado, que lê com frequência já há muito tempo, não se poderia falar de uma especial experiência consciente associada ao ato de leitura. Nas palavras de Kripke:

(...) Wittgenstein destaca que um iniciante, que lê soletrando trabalhosamente as palavras, pode ter uma experiência introspectiva quando começar a ler efetivamente, ao invés de apenas fingir ‘ler’ uma passagem que havia memorizado anteriormente; mas um leitor experiente apenas diz as palavras, não estando ciente de nenhuma experiência especial consciente de ‘derivar’ as palavras da página<sup>11</sup>. (Kripke, 1982, p. 45).

Wittgenstein segue em seu exemplo, com o escopo de demonstrar a não existência de uma experiência própria pertinente ao ato de entendimento, analisando o caso de um professor que está ensinando seus alunos a ler. Nessa análise, levanta os seguintes questionamentos: haverá um momento factual específico em que ele poderá dizer que seus alunos estão efetivamente lendo? Poderá ocorrer de um aluno, em um momento identificável, precisar que para si e externamente que está lendo? Mas será isso suficiente para que o professor ateste que efetivamente completou-se o processo de aprendizado? Nas palavras de Kripke:

(...) E suponha-se que um professor está ensinando uma quantidade de alunos iniciantes a ler. Alguns fingem que estão lendo, outros ocasionalmente acertam por acidente, outros já efetivamente aprenderam a ler. Quando alguém passou pelo último estágio de aprendizado? Em geral, não haverá um momento identificável para esse acontecimento: o professor irá julgar se um dado aluno ‘aprendeu a ler’, caso ele passe nos testes de leitura com determinada frequência. Pode haver ou não um momento identificável, quando o aluno

---

<sup>10</sup> Kripke, (1982, p. 45).

<sup>11</sup>“Wittgenstein points out that a beginner, who reads by laborious spelling words out, may have an introspectible experience when he really reads, as opposed to pretending to ‘read’ a passage he has actually memorized in advance; but an experienced reader simply calls the words out and is aware of no special conscious experience of ‘deriving’ the words from the page”.

sentiu pela primeira vez, ‘Agora estou lendo!’, mas a presença de tal experiência não é condição nem necessária, nem suficiente, para que o professor ateste que ele está efetivamente lendo<sup>12</sup>. (Kripke, 1982, pp. 45-46).

Em outras palavras, no exemplo do professor e seus alunos, a mera existência de uma experiência factual interna precisa do aprendizado da leitura não garante a efetividade do aprendizado. Daí Kripke conclui, estendendo a conclusão para a generalidade de casos: “É por meio de exemplos como esses (...) que Wittgenstein sustenta que as supostas experiências especiais associadas a seguir regras são quiméricas<sup>13</sup>”. (Kripke, 1982, p. 46).

Mais adiante, Kripke reitera o pensamento de Wittgenstein, indo além em sua conclusão acerca da não existência de estados introspectivos únicos que garantam a correta significação, ou, mais ainda, a regularidade temporal na aplicação de regras, afirmando que se existisse de fato tal estado introspectivo único e preciso, e se tal realmente pudesse ter o papel de justificação esperado de um estado como esse, não haveria qualquer sentido ou interesse na dúvida cética, em momento algum<sup>14</sup>.

Ainda, a partir da negação da existência de estados introspectivos especiais associados aos processos de significação, Kripke enumera a dificuldade lógica implícita no argumento cético de Wittgenstein, já que se existisse um estado introspectivo que garantisse o correto entendimento e aplicação, tal deveria ser um objeto finito, já que presente em mentes finitas de seres humanos. Nesse caso, os finitos estados introspectivos teriam de dar conta das infinitas possibilidades presentes no mundo, seja de aplicações de regras, ou de sensações como a dor de cabeça.

Wittgenstein, segundo Kripke, posiciona-se, então, pela impossibilidade humana de articular os diversos estados presentes no cérebro às infinitas possibilidades do mundo, bem como pela impossibilidade de decodificar cada estado existente no ‘quadro geral de estados’ à experiência correlata da realidade. O trecho abaixo, fazendo uso novamente do exemplo da regra de adição, resume apropriadamente a conclusão de Wittgenstein a respeito da impossibilidade lógica de ‘estados finitos da mente’ serem determinantes na compreensão e aplicação correta de uma regra:

---

<sup>12</sup> “And suppose a teacher is teaching a number of beginners to read. Some pretend, other occasionally get it right by accident, others have already learned to read. When has someone passed into the latter class? In general, there will not be an identifiable moment when this has happened: the teacher will judge of a given pupil that he has ‘learned to read’ if he passes tests for reading often enough. There may be or not be an identifiable moment when the pupil first felt, ‘Now I am reading!’ but the presence of such an experience is neither a necessary nor a sufficient condition for the teacher’s judgment of him that he is reading”.

<sup>13</sup> “It is by examples like these (...) that Wittgenstein argues that the supposed special ‘experiences’ associated with rule following are chimerical”

<sup>14</sup> Kripke, (1982, p. 51).

Um tal estado (de ‘associação do significado de adição ao de plus’) teria de ser um objeto finito, contido em nossas mentes finitas. Isso não quer dizer que eu esteja pensando explicitamente em cada caso do quadro geral de adição, nem mesmo que eu esteja codificando cada caso em separado no cérebro: nos falta capacidade para isso<sup>15</sup>. (Kripke, 1982, pp. 52-53).

Novamente, uma teoria que proponha um quadro de estados finitos presentes na mente, e disponíveis ao usuário da linguagem em sua utilização na vida prática, transfere a solução da dúvida cética acerca da possibilidade de garantia de compreensão e aplicação adequada de regras sob uma perspectiva temporal a uma eventual associação correta, operada no cérebro, entre estado mental e acontecimento na realidade. Tal teoria demonstra-se, portanto, falha à solução do paradoxo cético, consoante pondera Kripke:

(...) Mas em todo caso não se pode fugir do problema cético, e ele emerge precisamente na questão de como a existência em minha mente de qualquer entidade ou ideia mental pode *constituir* alguma sensação particular ao invés de outra. A ideia em minha mente é um objeto finito: será que não pode ser interpretada como determinante de uma função quus, ao invés de uma função plus? É claro que pode haver outra ideia em minha mente, a qual se supõe constitutiva de um ato de determinar uma interpretação particular para a primeira ideia; mas daí o problema obviamente emerge mais uma vez nesse novo nível. (Uma regra para interpretar uma regra novamente). E assim por diante (...) <sup>16</sup>. (Kripke, 1982, p. 54).

Ante o exposto, o paradoxo do cético de Wittgenstein, sustentado pelo interlocutor cético, permaneceu sem solução diante de teorias que tentaram solvê-lo por meio de recurso a ‘qualidades internas especiais’ ou ‘estados mentais finitos’. Nesse sentido, afirma Kripke que: “A resposta ao problema do cético, ‘O que me diz como devo aplicar uma determinada regra a um novo caso?’, deve vir de algo externo a imagens ou estados mentais ‘qualitativos’<sup>17</sup>”. (Kripke, 1982, p. 43).

Entretanto, se mantido o paradoxo do cético, ocorreria a desnaturação por completo, em uma primeira instância, da possibilidade de vinculação temporal de qualquer regra, e, em última análise, da possibilidade de existência de qualquer regra, vez que o conceito de regra

15 “Such a state (of ‘meaning addition by plus’) would have to be a finite object, contained in our finite minds. It does not consist in my explicitly thinking of each case of the addition table, nor even of my encoding each separate case in the brain: we lack the capacity for that.”

16 But ultimately the sceptical problem cannot be evaded, and it arises precisely in the question how the existence in my mind of any mental entity or idea can *constitute* ‘grasping’ any particular sense rather than another. The idea in my mind is a finite object: can it not be interpreted as determining a quus function, rather than a plus function? Of course there may be another idea in my mind, which is supposed to constitute its act of *assigning* a particular interpretation to the first idea; but then the problem obviously arises again at this new level. (A rule for interpreting a rule again). And so on (...).”

17 The answer to the sceptic’s problem, ‘What tells me how I am to apply a given rule in a new case?’, must come from something outside any images or ‘qualitative’ mental states”.

constitui-se em um enunciado geral e abstrato: geral, por ser aplicável a diversos casos, para além de casos particulares restritos, e abstrato, pela possibilidade de se prostrar no tempo.

Em assim sendo, cabe analisar a solução dada para tão importante paradoxo, que, teria sido enunciada pelo próprio Wittgenstein, e esmiuçada por Kripke em seu texto, qual seja, o argumento da linguagem privada.

#### *A solução de Wittgenstein ao paradoxo do cético: o Argumento da “Linguagem Privada”*

Kripke inicia o segundo capítulo de seu texto *Wittgenstein on Rules and Private Language* buscando uma solução para o ainda não solvido paradoxo do cético de Wittgenstein, enunciado no tópico anterior, reiterando que não se pode concluir que o uso passado de uma regra com determinada significação de palavras seja vinculante a eventuais aplicações futuras. Em suas próprias palavras:

O argumento cético, então, continua sem resposta. Não pode haver algo tal como a significação por uma palavra. Cada nova aplicação que fazemos é um salto no escuro: qualquer intenção presente poderia ser interpretada como concordante com qualquer coisa que escolhamos fazer. Destarte, não pode haver nem acordo, nem conflito<sup>18</sup>. (Kripke, 1982, p. 55)

Mais especificamente, para Wittgenstein, o paradoxo permaneceria sem solução diante do problema de que não há nenhum estado presente em minha mente que determine o que devo fazer no futuro. Nesse sentido, o problema mais importante para tal autor é que o um estado mental presente parece não determinar o que se deve fazer no futuro. Embora, aparentemente, algo em minha cabeça correspondente à palavra ‘plus’ determina uma certa resposta para qualquer novo argumento, de fato, nada promove efetivamente essa determinação<sup>19</sup>.

Para Kripke, a solução de Wittgenstein reside no argumento contrário à possibilidade de uma linguagem privada, que repudia, em concordância com os cétricos, a existência de qualquer estado ou fato especial relativo à minha mente que constitui e determina antecipadamente a significação.

---

<sup>18</sup> The sceptical argument, then, remain unanswered. There can be no such thing as meaning anything by any word. Each new application we make is a leap in the dark: any present intention could be interpreted so as to accord with anything we may choose to do. So there can be neither accord, nor conflict<sup>?</sup>.

<sup>19</sup> Kripke, (1982, p. 56)

Com efeito, a solução ao paradoxo passa pela própria mudança no pensamento de Wittgenstein, mais especificamente, em sua filosofia da linguagem, verificável a partir de uma comparação entre suas obras *Tractatus* e *Investigações Filosóficas*. Nas palavras de Kripke:

...devemos falar algo sobre a mudança na filosofia da linguagem de Wittgenstein do *Tractatus* para as *Investigações*. Embora detalhadamente o *Tractatus* esteja entre as obras filosóficas de maior dificuldade, suas principais diretivas são bem conhecidas. Para cada frase corresponde um (possível) fato. Se tal fato for o caso, a frase é verdadeira; se não, falsa.

(...)

A mais simples, mais básica ideia do *Tractatus* dificilmente pode ser deixada de lado: uma frase declarativa obtém seu significado em virtude de sua *condição de verdade*, em virtude de sua correspondência a fatos que devem ser o caso se ela for verdadeira<sup>20</sup>. (Kripke, 1982, pp. 71-72)

A ideia central do *Tractatus*, assim, é de que o significado de frases declarativas não só parece natural, como igualmente tautológico, dada a correspondência direta ou isomórfica com os fatos do mundo. Percebe-se o papel crucial dado por Wittgenstein ao papel descritivo da linguagem. No entanto, com as *Investigações*, o autor rejeita a visão realista de que a forma geral de explicação da significação advém da declaração da condição de verdade de uma frase, substituindo-a por uma visão que dá maior relevo ao papel normativo da linguagem. Nas palavras de Kripke:

No lugar dessa visão, Wittgenstein propõe um cenário geral alternativo. (...). Wittgenstein substitui o questionamento, ‘Qual deve ser o caso para que uma frase seja verdadeira?’ por dois outros: primeiro, ‘Sob quais condições pode essa formação de palavras ser apropriadamente afirmada (ou negada)?’; segundo, uma vez dada uma resposta ao primeiro questionamento, ‘Qual o papel, e a utilidade, em nossas vidas da prática de afirmar (ou negar) essa formação de palavras sob tais condições<sup>21</sup>?’. (Kripke, 1982, p. 73)

Diante da nova perspectiva da filosofia da linguagem de Wittgenstein, presente nas *Investigações*, destaca-se o conceito de *jogo de linguagem*, introduzido pelo autor em substituição à condição de verdade na declaração da veracidade ou falsidade de uma frase

<sup>20</sup> “...we must say something about the change in Wittgenstein’s philosophy of language from the *Tractatus* to the *Investigations*. Although in detail the *Tractatus* is among the most difficult of philosophical works, its rough outlines are well known. To each sentence there corresponds a (possible) fact. If such a fact, obtains, the sentence is true; if not, false

(...) The simplest, most basic idea of the *Tractatus* can hardly be dismissed: a declarative sentence gets its meaning by virtue of its *truth condition*, by virtue of its correspondence to facts that must obtain if it is true”.

<sup>21</sup> “In the place of this view, Wittgenstein proposes an alternative rough general picture. (...). Wittgenstein replaces the question, ‘What must be the case for this sentence to be true?’, by two others: first, ‘Under what conditions may this form of words be appropriately asserted (or denied)?’; second, given an answer to the first question, ‘What is the role, and the utility, in our lives of our practice of asserting (or denying) the form of words under these conditions?’”.

determinada. Um jogo de linguagem seria como o contexto no qual a afirmação ou negação é proferida, de sorte a que a veracidade de uma frase não é mais medida em termos atômicos, e sim em conjunto com as outras frases pertinentes ao respectivo jogo. Conforme exposto por Kripke, constata-se que se trata de uma condição normativa, ou de justificação, em detrimento da anterior, declarativa:

Assim, se falarmos adequadamente, devemos falar não de condições de ‘afirmação’, e sim, de forma mais generalizada, sobre as condições com as quais realizar-se-á um movimento (uma forma de expressão linguística) no jogo de linguagem. Se, no entanto, nos permitirmos adotar uma terminologia mais simplificada, mais apropriada para uma quantidade especial de casos, podemos dizer que Wittgenstein propõe um cenário linguístico baseado, não em *condições de verdade*, e sim em *condições de afirmação ou de justificação*<sup>22</sup>. (Kripke, 1982, pp. 73-74)

Uma vez preenchidas tais condições de afirmação ou de justificação em determinado jogo de linguagem, ou respondido o primeiro questionamento das *Investigações* supramencionado, Kripke destaca um segundo componente do cenário linguístico delineado por Wittgenstein, que servirá, ademais, como resposta ao segundo questionamento acima discriminado, qual seja, o de qual é o papel em nossas vidas da permissão de se proferir afirmações, em determinado jogo de linguagem, e sob determinadas condições.

Reiterando os dois componentes do cenário linguístico do Wittgenstein das *Investigações*, quais sejam, as condições de afirmação ou de justificação que permitem a emissão de frases em determinado jogo linguístico, e o papel de tal permissão assegurada pelas condições em nossas vidas, Kripke passa a tratar especificamente do que para ele é o problema central presente nas *Investigações*, isto é, o paradoxo do cético e sua solução mediante a negação da possibilidade de uma linguagem privada. Afirma, inicialmente, que apenas a perspectiva linguística presente nas *Investigações* seria apta a lidar com o paradoxo cético:

(...) O paradoxo cético é o problema fundamental das *Investigações Filosóficas*. Se Wittgenstein está correto, não podemos sequer começar a resolvê-lo se nos mantivermos no domínio da pressuposição natural de que frases declarativas de significado devem pretender corresponder a fatos; se essa é nossa estrutura de trabalho, podemos apenas concluir que frases atributivas de significado e intenção são elas mesmas sem sentido. (...). O cenário de correspondência-a-

<sup>22</sup>Thus, if we speak properly, we should not speak of conditions of ‘assertion’, but rather, more generally, of the conditions when a move (a form of linguistic expression) is to be made in the language game. If, however, we allow ourselves to adopt an oversimplified terminology more appropriate to a special range of cases, we can say that Wittgenstein proposes a picture of language based, not on *truth conditions*, but on *assertability conditions* or *justification conditions*”.

fatos deve ser superado antes que possamos sequer começar com o problema cético<sup>23</sup>.

Desse modo, restringindo a solução do paradoxo cético ao cenário linguístico descrito nas *Investigações*, isto é, a partir da superação da visão de correspondência isomórfica entre linguagem e mundo, e com a adoção da visão de condições de justificação para a legitimação de afirmações significativas em determinado jogo de linguagem, Kripke passa a expor o que considera ser a solução do paradoxo cético.

Pontua, primeiramente, uma concessão que Wittgenstein teria feito aos céticos, em nome da possibilidade de uma solução, no sentido de que não existem ‘condições de verdade ou ‘fatos correspondentes no mundo’ que possam garantir a veracidade de uma afirmação. A solução ao paradoxo, nesses termos, acabou por ser ela mesma igualmente cética. Assim, a solução cética para o problema cético, adviria a partir da negação da possibilidade de uma linguagem privada:

Finalmente, nós podemos nos voltar para a solução cética de Wittgenstein e para o conseqüente argumento contra regras ‘privadas’. Nós devemos ver sob quais circunstâncias atribuições de significado são feitas e qual papel tais atribuições exercem em nossa vida. (...) nós não iremos argumentar *a priori* acerca do papel que tais afirmações *devem* exercer; ao invés disso, nós vamos descobrir quais circunstâncias *efetivamente* permitem a emissão de tais afirmações e qual o papel que essa permissão *efetivamente* exerce. É importante constatar que nós *não* estamos buscando condições necessárias e suficientes (condições de verdade) para o cumprimento de uma regra, ou uma análise do que seguir-uma-regra *consiste*. Na verdade, tais condições constituiriam uma solução ‘ortodoxa’ para o problema cético, o que já foi devidamente rejeitado<sup>24</sup>. (Kripke, 1982, pp. 86-87)

Na mesma linha, Kripke salienta que é comum nos jogos de linguagem que lidem com regras que um falante siga sua própria inclinação, sem necessitar dar qualquer justificação, na medida em que acredita que esse é o modo *correto* de responder ao conteúdo da regra, em

<sup>23</sup> “The sceptical paradox is the fundamental problem of *Philosophical Investigations*. If Wittgenstein is right, we cannot begin to solve it if we remain in the grip of the natural presupposition that meaningful declarative sentences must purport to correspond to facts; if this is our framework, we can only conclude that sentences attributing meaning and intention are themselves meaningless. (...)The picture of correspondence-to-facts must be cleared away before we can begin with the sceptical problem”.

<sup>24</sup> “Finally, we can turn to Wittgenstein’s sceptical solution and to the consequent argument against ‘private’ rules. We have to see under what circumstances attributions of meaning are made and what role these attributions play in our lives. Following Wittgenstein’s exhortation not to think but to look, we will not reason *a priori* about the role such statements *ought* to play; rather we will find out what circumstances *actually* license such assertions and what role this license *actually* plays. It is important to realize that we are *not* looking for necessary and sufficient conditions (truth conditions) for following a rule, or a analysis of what such rule-following ‘consists in’. Indeed such conditions would constitute a ‘straight’ solution to the sceptical problem, and have been rejected”.

detrimento de outro modo. Esse seria, segundo Kripke o conceito de “condição de assertibilidade”, que permite a um indivíduo dizer que, em certa ocasião, ele deve seguir uma regra de uma maneira ao invés de de outra, justificando-se somente a partir de sua inclinação para fazê-lo. No entanto, esse não é o conceito usual de obedecer a uma regra, e não é porque alguém acredita estar seguindo uma regra, que não haverá espaço para julgamento que não está realmente o fazendo.

É nesse sentido que entra a importância do exemplo da “condição de assertibilidade”, o qual Wittgenstein descreve como falar sem “justificação”, mas não “erroneamente”, apesar de não constituir estritamente “seguir uma regra”: o de se abrir perspectiva para a necessidade de uma análise holista e contextualizada da obediência a regras, sob pena de não se encontrar solução para o problema cético. Nas palavras de Kripke:

O ponto importante desse caso é que, se nos restringirmos a analisar uma pessoa isoladamente, seus estados psicológicos e seu comportamento externo, tal caso será o mais longe onde poderemos chegar. (...) a grande questão do argumento cético era que não pode haver fatos sobre uma pessoa que precisem quais são suas intenções ou não. Tudo o que podemos dizer, se considerarmos uma pessoa sozinha isoladamente, é que nossas práticas cotidianas dão assentimento a que ela aplique uma regra do modo como se sente inclinada a tal.

(...)

Se não pudesse haver justificação (...), haveria pouco conteúdo à nossa idéia de que uma regra, ou intenção passada, *vincule* escolhas futuras.<sup>25</sup> (Kripke, 1982, pp. 88-89)

Em outras palavras, sem possibilidade de justificação de comportamentos que se dizem de acordo com regras, as próprias regras desnaturam-se e perdem qualquer conteúdo substantivo, de vez que sua elaboração e enunciação têm por objetivo protraírem-se no tempo e vincular o comportamento do maior número de pessoas possível. Assim assevera Kripke:

Se nossas considerações estão até agora corretas, a resposta é que, se uma pessoa é considerada isoladamente, a noção de regra como vinculação para a pessoa que obedece a ela não pode ter conteúdo substantivo. Não há, (...), condições de verdade ou fatos em virtude dos quais se possa afirmar que tal pessoa está seguindo suas intenções passadas ou não. Enquanto nós considerarmos que essa pessoa está seguindo uma regra ‘privadamente’, de modo a que nos atentemos para *suas* condições de justificação isoladamente, tudo o que podemos dizer é que ela tem permissão para seguir a regra do modo

<sup>25</sup> “The important thing about this case is that, if we confine ourselves to looking at one person alone, his psychological states and his external behavior, this is as far as we can go. (...) the whole point of the sceptical argument was that there can be no facts about him in virtue of which he accords with his intentions or not. All we can say, if we consider a single person in isolation, is that our ordinary practice licenses him to apply the rule in the way it strikes him. (...) If there could be no justification (...), there would be little content to our idea that a rule, or past intention, *binds* future choices”.

que lhe aprovar. Essa é a razão pela qual Wittgenstein diz: ‘Pensar que alguém está obedecendo a uma regra não é obedecer a uma regra. Portanto, não é possível obedecer a uma regra ‘privadamente’; do contrário, pensar que alguém estava obedecendo a uma regra seria o mesmo que estar efetivamente obedecendo a ela’ (§202)<sup>26</sup>. (Kripke, 1982, p. 89)

A justificação da obediência a uma regra só é possível, destarte, se se considerar o contexto no qual tal regra e a pessoa que irá ou não obedecer a ela estão inseridas, ou, segundo Wittgenstein, uma regra só terá conteúdo substantivo se considerada dentro de seu jogo de linguagem pertinente, daí a não possibilidade de se seguir uma regra ‘privadamente’. Entretanto, a situação será muito diferente se a perspectiva for expandida, passando-se a considerar uma pessoa em interação com uma comunidade, de sorte a que outras pessoas terão, então, *condições de justificação* para determinar se tal indivíduo está ou não obedecendo a uma regra, e essas condições não estarão baseadas simplesmente na própria autoridade indivíduo<sup>27</sup>.

Para melhor explicar o critério de justificação identificado com a determinação por outros indivíduos da comunidade a respeito da obediência ou não de uma regra por um indivíduo em particular, Kripke retoma o exemplo de um professor que está ensinando seus alunos crianças uma regra nova, como a de adição:

(...) Agora, o que significa quando digo que um professor julga, para alguns casos, que seu aluno deve dar a resposta ‘correta’? Significa que o professor julga que a criança deu a mesma resposta que ele mesmo daria, caso estivesse submetido à mesma pergunta. Similarmente, quando eu disse que o professor, a fim de julgar que a criança está efetivamente somando, deve julgar que, para um problema com números grandes, ela está aplicando o procedimento ‘correto’, ainda que o resultado final saia errado, significa que ele julga que a criança está aplicando o procedimento que ele mesmo se sentiria inclinado a aplicar ao problema<sup>28</sup>. (Kripke, 1982, p. 90)

O exemplo pode ser estendido para adultos, pois se alguém a quem eu julgo utilizar uma regra de forma normal, começar de repente a dar respostas que se diferem de forma

<sup>26</sup> “If our considerations so far are correct, the answer is that, if one person is considered in isolation, the notion of a rule as guiding the person who adopts it can have *no* substantive content. There are, (...), no truth conditions or facts in virtue of which it can be the case that he accords with his past intentions or not. As long as we regard him as following a rule ‘privately’, so that we pay attention to *his* justification conditions alone, all we can say is that he is licensed to follow the rule as it strikes him. This is why Wittgenstein says, ‘To think one is obeying a rule is not to obey a rule. Hence it is not possible to obey a rule ‘privately’; otherwise thinking one was obeying a rule would be the same thing as obeying it’ (§202)”.

<sup>27</sup> Kripke, (1982, p. 89)

<sup>28</sup> “(...) Now, what do I mean when I say a teacher judges that, for certain cases, the pupil must give the ‘right’ answer? I mean that the teacher judges that the child has given the same answer that he himself would give. Similarly, when I said that the teacher, in order to judge that the child is adding, must judge that, for a problem with large numbers, he is applying the ‘right’ procedure even if he comes out with a mistaken result, I mean that he judges that the child is applying the procedure himself is inclined to apply”.

bizarra das minhas próprias, então julgarei que algo deve ter acontecido a essa pessoa, de vez que ela não mais obedece à regra que anteriormente obedecia. E se isso acontecer com grande frequência, a tendência é que se julgue que essa pessoa ficou louca.

De uma forma geral, um indivíduo será considerado como seguindo corretamente uma regra, como a da adição, caso passe nos testes pertinentes a que a comunidade o submete. Se passar em mais testes, e de forma recorrente, será considerado um falante da língua e membro da comunidade. De forma contrária, um indivíduo que não se mostrar apto a passar nos mesmos testes, será considerado desviante, e excluído da comunidade. Consoante Kripke, desse modo constituiu-se o cenário linguístico de Wittgenstein:

...o cenário geral linguístico de Wittgenstein, como delineado acima, requer para justificação um tipo de afirmação que diga não meramente sob quais condições uma afirmação pode ser feita, mas também qual papel e utilidade em nossas vidas podem ser atribuídos à prática de fazer tal tipo de afirmação e sob tais condições. Nós afirmarmos que alguém está obedecendo a certa regra quando suas respostas concordam com as nossas, e o negamos quando nossas respostas não batem<sup>29</sup>. (Kripke, 1982, p. 92)

Passando agora para a utilidade da prática de realização de afirmações, mediante as condições de justificação dadas pela aquiescência da comunidade em relação à obediência ou não a uma regra, Kripke afirma que tal utilidade prática é a de garantir o sucesso das diversas interações comunicativas que permeiam a vida social incessantemente. Se cada indivíduo pudesse determinar seu comportamento de acordo somente com suas próprias inclinações, sem necessidade de justificação, as interações sociais estariam fadadas ao fracasso, vez que dependem da comunicação, e essa depende, por sua vez, da obediência a padrões semelhantes pelos envolvidos. Daí a necessidade imperiosa dos critérios de justificação, na manutenção de padrões minimamente semelhantes de comunicação. No entanto:

Essa expectativa *não* é infalivelmente preenchida. Ela coloca uma restrição substantiva ao comportamento de cada indivíduo, *não* sendo compatível com qualquer comportamento que ele escolha. (...). Um indivíduo desviante, cujas respostas não concordam com aquelas da comunidade em um certo número de casos, não será julgado, pela mesma comunidade, como alguém que está seguindo corretamente suas regras. (...). Quando a comunidade nega a alguém que esteja seguindo corretamente certas regras, ela acaba por excluir tal indivíduo das várias interações existentes (...). Isso indica que não se pode

---

<sup>29</sup> ...Wittgenstein's general picture of language, as sketched above, requires for an account of a type of utterance not merely that we say that under what conditions an utterance of that type can be made, but also what role and utility in our lives can be ascribed to the practice of making this type of utterance under such conditions. We say of someone else that he follows a certain rule when his responses agree with our own and deny it when they do not<sup>29</sup>.

confiar no comportamento desse indivíduo em tais interações<sup>30</sup>. (Kripke, 1982, p. 93)

Percebe-se, claramente, que as condições de justificação não se pretendem definitivas, como era o caso das condições de verdade, dado que devem ser consideradas dentro de um jogo dinâmico de linguagem. Assim, um indivíduo que hoje é considerado como pertencente à comunidade, uma vez que suas respostas nas interações sociais são concordantes com as da comunidade, pode não mais ser considerado em outras circunstâncias, isto é, caso seus padrões de respostas passem a diferir dos da comunidade, de sorte a que a comunicação com esse indivíduo, ou a atribuição de conceitos a ele, mostre-se interrompida, ou ao menos dificultada. Nas palavras de Kripke:

...se o indivíduo em questão não está mais de acordo com o que a comunidade faria em determinadas circunstâncias, a comunidade não mais pode atribuir conceitos a ele. Entretanto, quando jogamos esse jogo e atribuímos conceitos a indivíduos, não estamos descrevendo estados ‘especiais’ de suas mentes, nós estamos fazendo algo de importante. Nós os inserimos provisoriamente na comunidade, enquanto a existência de um comportamento desviante não os exclua<sup>31</sup>. (Kripke, 1982, p. 95)

Esse jogo de atribuição de conceitos, segundo condições de justificação que atestam a correta obediência a regras, aos indivíduos pela comunidade em que estão inseridos consistiria, para Kripke, a solução cética de Wittgenstein ao seu próprio paradoxo cético, e a negação da possibilidade de que regras sejam seguidas ‘privadamente’.

Em outras palavras, para que um indivíduo seja considerado como falante da língua, obediente a uma regra ou mesmo membro da comunidade, deve passar em um número suficiente de testes e apresentar as mesmas respostas que um membro atestado da comunidade apresentaria nas mesmas circunstâncias. Caso contrário, o comportamento desse indivíduo será considerado desviante, e, por consequência, ele será excluído de grande parte das interações sociais dessa comunidade.

Ressalta-se, por fim, que Wittgenstein não propõe uma teoria de condições de verdade, suficientes e necessárias, para a correção de uma resposta em detrimento de outra. Ele

<sup>30</sup> This expectation is *not* infallibly fulfilled. It places a substantive restriction on the behavior of each individual, and is not compatible with just any behavior he may choose. (...). A deviant individual whose responses do not accord with those of the community in enough cases will not be judged, by the community, to be following its rules; (...). When the community denies of someone that he is following certain rules, it excludes him from various transactions (...). It indicates that it cannot rely on his behavior in such transactions”.

<sup>31</sup> “...if the individual in question no longer conforms to what the community would do in these circumstances, the community can no longer attribute the concept to him. Even though, when we play this game and attribute concepts to individuals, we depict no special ‘state’ of their minds, we do something of importance. We take them provisionally into the community, as long as further deviant behavior does not exclude them”.

apresenta, ao contrário, condições de justificação, que dependem do acordo dos membros da comunidade, dentro da dinâmica de cada jogo de linguagem.

Deve-se sustentar com firmeza na mente que Wittgenstein não tem uma teoria de condições de verdade – condições necessárias e suficientes - para a correção de uma resposta ao invés de outra (...). Wittgenstein acredita que essas observações sobre condições suficientes para a justificação de afirmações são o bastante para explicitar o papel e a utilidade em nossas vidas de afirmações de significado e determinação de novas respostas. O que se segue dessas condições de assertibilidade *não* é que a resposta que todos dão a um problema de adição é, por definição, a correta, mas apenas o fato banal de que, se todos concordam em relação a uma certa resposta, então ninguém se sentirá justificado a dizer que tal resposta está incorreta<sup>32</sup>. (Kripke, 1982, pp. 111-112)

Em assim sendo, as condições de justificação, com as quais uma comunidade julga a assertividade de afirmações, e, a partir disso, julga que um indivíduo está apto a fazer parte de tal comunidade, com todas as consequências que isso traz, não são definitivas, mas são o bastante para garantir o sucesso das interações sociais, da aplicação correta de regras e, enfim, da comunicação.

### *Conclusão*

O problema essencial desenvolvido por Kripke em seu texto *Wittgenstein on Rules and Private Language* seria o problema fundamental das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, tendo sido denominado por Kripke de paradoxo cético, e enuncia que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, dado que todo curso de ação pode ser conformado para estar de acordo com a mesma regra.

Posicionando-se como um interlocutor cético, Kripke esboça um desafio cético aos usuários convictos de uma regra, isto é, àqueles que foram submetidos a todas as etapas de seu aprendizado, como, por exemplo, da regra de adição, clamando-os a justificar o porquê da crença veemente na correção de suas respostas quando submetidos a questionamentos. Em outras palavras, o cético busca uma justificativa para eventual vinculação entre os usos corretos de determinada regra no passado, conforme o aprendizado de seu significado, e a assertividade dos possíveis usos vindouros dessa mesma regra, sendo que tal justificativa deve

---

<sup>32</sup> “One must bear firmly in mind that Wittgenstein has no theory of truth conditions – for the correctness of one response rather than another (...). Wittgenstein thinks that these observations about sufficient conditions for justified assertions are enough to illuminate the role and utility in our lives of assertion about meaning and determination of new answers. What follows from these assertability conditions is *not* that the answer everyone gives to an addition problem is, by definition, the correct one, but rather the platitude that, if everyone agrees upon a certain answer, then no one will feel justified in calling the answer wrong”.

estar relacionada a algum comportamento ou fato, constitutivos da intenção de agir, pertinentes àqueles que fazem uso da regra.

Uma vez posto o desafio cético, que resultou no paradoxo cético, diante da demonstração da não possibilidade de vinculação temporal entre aprendizado correto do significado de uma regra e seu uso correto no futuro, Kripke sai em busca de uma solução para o paradoxo, que culmina no argumento da linguagem privada. Inicia posicionando-se, como Wittgenstein, pela não possibilidade de uma solução realista para o paradoxo, isto é, que conte com a existência de qualquer estado ou fato especial mental que possa constituir e discriminar a significação (tal como já descartado outrora pelo interlocutor cético). Diante disso, Kripke conclui que, na melhor das hipóteses o que se pode oferecer é uma solução cética ao paradoxo.

De acordo com a solução cética, a significação deve ser entendida em termos de condições de assertibilidade ou de justificação, e não segundo condições de verdade. O significado correto de uma frase, e igualmente de uma regra, passa a ser aferido não em função de sua correspondência com os fatos do mundo, e sim de acordo com o contexto (jogo de linguagem) no qual tal afirmação ou negação é proferida. Daí não ser possível uma linguagem privada, de vez que as regras são fenômenos essencialmente sociais, cuja aplicação correta é aferível pela concordância entre os membros de cada comunidade. Destarte, em se tratando de um indivíduo que não possui respaldo externo para suas ações, que não está inserido em um contexto de concordância comunitária, não faz sentido falar em obediência a regras, sob pena de cair-se em uma situação em que não existiria diferença entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo a ela.

Assim, conclui-se que as condições de justificação enunciadas por Kripke mostraram-se aptas a solver o paradoxo cético enunciado por ele, pois a manutenção temporal do significado de uma regra será possível em função do julgamento pela comunidade em que o aplicador da regra está inserido, quanto à assertividade de suas afirmações. E, em um segundo momento, ficará garantido o sucesso geral das interações sociais que dependem da aplicação de regras e, por fim, da comunicação como um todo. Tudo isso segundo a caracterização de uma transformação na filosofia da linguagem de Wittgenstein, do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas*, como uma mudança de uma teoria de condições de verdade para uma teoria de condições de justificação.

Em outras palavras, trata-se aqui da mudança de um cenário em que o papel descritivo da linguagem era central, dada a visão realista de que a forma geral de explicação da significação advém da declaração da condição de verdade de uma frase, para um novo cenário

linguístico, com preponderância para o papel normativo da linguagem, destacando-se o conceito de “jogo de linguagem”, como contexto dinâmico para a atribuição de conceitos por uma comunidade a um indivíduo, como condição de assertibilidade ou de justificação para a veracidade de uma frase, em substituição às condições de verdade. Tudo isso tendo sido alinhavado a partir do paradoxo cético e sua solução cética mediante a não subsistência do argumento da linguagem privada.

### **Referências Bibliográficas**

KRIPKE, Saul. **Wittgenstein on Rules and Private Language**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 6 ed. Petrópolis; Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.